

A ARTICULAÇÃO EM REDE E AS RÁDIOS POPULARES LATINO- AMERICANAS



IV SICCAL

[GT 2 - COMUNICAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADE]

Vivian de Oliveira Neves Fernandes

Universidade de São Paulo (USP)

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O objetivo deste artigo é abordar como as teorizações sobre redes contribuem para pensar os desafios enfrentados pelas mídias alternativas e populares na América Latina. Para essa reflexão, toma-se a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER), que, desde a década de 1970, articula rádios educativas e populares da região. Como um primeiro ensaio, o presente texto traz os passos iniciais desta pesquisa, com base em aportes teóricos e revisão bibliográfica pertinentes ao tema.

Palavras-chave: Rádio Popular. Redes. América Latina. Radiojornalismo.

This article proposes to discuss how network theories contribute to the challenges faced by alternative and popular media in Latin America. For this reflection, we study the Latin American Association for Radiophonic Education, that was created in 1972, and since then, articulates educational and popular radio stations in the region. As a first essay, the present text presents the initial steps of this research, based on theoretical contributions and literature review relevant to the theme.

Keywords: Popular Radio. Networks. Latin America. Radiojournalism.

El objetivo de este artículo es abordar cómo las teorías sobre redes contribuyen para pensar los retos de medios alternativos y populares en América Latina. Para esta reflexión, tomamos para análisis la Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), que desde la década de 1970 articula radios educativas y populares de la región. Como un primer ensayo, el presente texto trae los pasos iniciales de esta investigación, con base en los aportes teóricos y revisión bibliográfica pertinentes al tema.

Palabras clave: Radio Popular. Redes. América Latina. Radioperiodismo.

Introdução

Como uma rede de escolas radiofônicas voltadas para a alfabetização de camponeses e indígenas nas áreas rurais da América Latina, surgiu nos anos 1970 a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER). Com o passar das décadas, esta instituição consolidou em torno da concepção de rede um espaço de troca e produção de conhecimentos e notícias entre rádios populares, com a missão de “educar e comunicar a paixão pela vida e o compromisso com a felicidade dos povos latino-americanos”¹.

O contexto que circunda o surgimento e a consolidação da ALER pode ser definido como a Era da Informação, como formulado pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (2000), na qual o atual momento histórico define-se com base nas relações estabelecidas por meio da informação – na produção e no processamento de conhecimentos –, em que a principal forma de organizá-la é a ideia de redes.

Sendo o desenvolvimento dos meios de comunicação um importante traço da modernidade, esse tema é fundamental para se analisar as formas de relação, organização e produção dentro de processos comunicacionais em nível global. Nas palavras do teórico da mídia e da cultura John B. Thompson (1998): “O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de

outros processos de desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituíram naquilo que hoje chamamos de ‘modernidade’” (p. 12).

Nesse sentido, este artigo propõe analisar como as redes, para além de estruturas de manutenção do pensamento e do poder dominantes dentro da estrutura da Economia Informacional e Global (CASTELLS, 2000), podem ser entendidas também como base para a construção de espaços de resistência e de contra-hegemonia. Assim, parte-se de que “[...] o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais” (THOMPSON, 1998, p. 13).

Conceito de redes

A Sociedade em Rede é o nome dado ao primeiro volume da trilogia *A Era da Informação – Economia, Sociedade e Cultura*, escrita por Manuel Castells (2000) para analisar o atual período histórico, que acarretou em mudanças na produção, na organização, na interação e nas relações em sociedade.

Partindo de que “a tecnologia é a sociedade” – ou seja, que não a determina nem só responde aos seus interesses, mas que, para compreender a sociedade, é preciso entendê-la à luz das ferramentas tecnológicas –, vive-se em um momento em que a Internet e o universo digital são bases para as relações sociais e de produção. Como recupera historicamente

¹ No original: “Educar y comunicar pasión por la vida y compromiso con la felicidad de los pueblos latinoamericanos”. Disponível em: <www.aler.org/node/1>. Acesso em: 9 de janeiro de 2019.

Castells (2000), tendo como marco inicial de criação a Califórnia, a Internet, apesar de seu financiamento vindo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, pode ser relacionada “à cultura da liberdade, inovação individual e iniciativa empreendedora oriunda da cultura dos *campi* norte-americanos da década de 60” (p. 25). Em outras palavras, “meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação difundiu pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 60” (Ibid., p. 25).

Assim, a arquitetura de rede da Internet, na qual não há um centro único de controle, mas milhares de nós autônomos conectados de diversas maneiras, impedindo a derrubada geral do sistema por um polo dominante, é o que caracteriza a base de “uma rede de comunicação horizontal global”, e que foi apropriada de diversas maneiras ao redor do mundo com diferentes usos e objetivos, tanto em termos de continuidade da reprodução do capital quanto em resistência a esse modelo, como no caso dos indígenas zapatistas no Sul do México, a partir dos anos 1990 (Ibid., p. 26).

Ainda que o telégrafo elétrico – usado experimentalmente desde o século XVIII e em pleno uso desde o século XIX, quando se difundiu a eletricidade – já formava “uma rede de comunicação, conectando o mundo em larga escala” (Ibid., p. 56), Castells defende que somente em meados do século XX, a partir da década de 1970, “as novas tecnologias da informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma” (Ibid., p. 58).

Nesse transcurso de invenções e desenvolvimentos tecnológicos – como o do transistor e o da radiodifusão –, um grande salto na formação de redes se deve ao aumento da capacidade de armazenamento e processamento de chips e microcomputadores, graças aos avanços na microeletrônica e em *softwares*, nos anos 1980 e 1990, e que segue na atualidade. Além disso, “as telecomunicações também foram revolucionadas pela combinação das tecnologias de ‘nós’ (roteadores e comutadores eletrônicos) e novas conexões (tecnologias de transmissão)” (Ibid., p. 61-62).

Desta forma, de acordo com Castells (2000), o novo paradigma da tecnologia da informação tem como características a de que a informação é sua matéria-prima; a segunda é a “penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias”, sendo que informação é parte de toda atividade humana e contribui no ato de moldar as experiências individuais e coletivas; como terceira característica está a “lógica das redes”, que pode ser adotada em todos os tipos de processos e organizações; um quarto ponto é a “flexibilidade”, que se aplica tanto à possibilidade de reverter processos quanto modificar, reconfigurar, organizações e instituições; por fim, está a “convergência de tecnologias”, derivado de um sistema de informação fortemente integrado, “no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado” (p. 78-79).

Voltando-se para os meios de comunicação em específico, Thompson (1998) sinaliza a importância de entender não os aspectos técnicos da comunicação em si, mas, fundamentalmente, compreendê-los como parte de um processo de desenvolvimento,

como “uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” (p. 19).

Redes de comunicação e Fluxo informacional

O processo de formação de redes na comunicação não é uma novidade da modernidade, mas é nela que ocorre a sua intensificação. Com o advento da imprensa, no início da Europa moderna, os padrões de comunicação se transformaram; posteriormente, com as tecnologias digitais, tornou-se mais marcante esse processo de articulação. No entanto, antes da imprensa, como aponta Thompson (1998), “um número de redes regulares de comunicação tinha sido estabelecido através da Europa” (p. 63). O autor distingue ao menos quatro tipos destas:

Primeiro, havia uma extensa rede de comunicações estabelecidas e controladas pela Igreja Católica. Esta rede permitia ao papado em Roma manter contato com o clero e com as elites políticas dispersas pela malha folgadoamente tecida do reino de cristandade. Segundo, havia redes de comunicação estabelecidas pelas autoridades políticas dos estados e principados; estas redes operavam tanto dentro dos territórios particulares de cada estado, facilitando a administração e pacificação internas, quanto entre os estados que mantinham alguma forma de comunicação

diplomática entre si. Um terceiro tipo de rede estava ligada à expansão da atividade comercial. Com o aumento do comércio e de novas fábricas, novas redes de comunicação foram estabelecidas dentro da comunidade de negócios e entre os maiores centros comerciais. [...] Finalmente, informações eram também transmitidas às cidades e aldeias através de redes de comerciantes, mascates e entretenedores ambulantes, tais como contadores de histórias e trovadores. Ao se reunirem em mercados ou tabernas e interagirem com mercadores e viajantes, todos ficavam sabendo de acontecimentos ocorridos em lugares os mais distantes. (Ibid., p. 63)

A partir de dois desenvolvimentos-chave, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, este cenário adquiriu novos contornos. Primeiro, por meio de serviços postais regulares promovidos e regulados pelos reinados da época; e, segundo, já no início da era moderna, “foi o uso da imprensa na produção e disseminação de notícias”, que se dava por publicações avulsas e irregulares de disseminação de conteúdos os mais diversos, desde comunicados oficiais, divulgação de eventos e de desastres naturais, até difusão de informações sobre “fenômenos extraordinários ou sobrenaturais, como gigantes, cometas e aparições” (Ibid., p. 64).

As origens dos jornais modernos datam de meados do século XVII, “quando periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com um certo grau de confiabilidade” (Ibid., p. 65), principalmente em centros comerciais europeus, compilando informações dos centros postais, preocupando-se principalmente em seu início com notícias do estrangeiro.

Desta maneira, “a circulação destas formas primitivas de jornal ajudou a criar a percepção de um mundo de acontecimentos muito distantes do ambiente imediato dos indivíduos, mas que tinham alguma relevância potencial para suas vidas” (Ibid., p. 65). Os eventos domésticos começaram a tomar relevância nesses jornais a partir do momento que esses órgãos vão se afastando do controle dos governos, como na Inglaterra na transição do século XVII para o XVIII. Com a “evolução da imprensa periódica em bases comerciais e independentes do poder do Estado” (Ibid., p. 66), passaram a trazer consigo também informações e análises em tom crítico em assuntos de interesse geral, além da variedade de temas – culturais, comerciais, sociais e políticos.

A partir do século XIX e XX, novas tendências se apresentaram no âmbito das comunicações, no que Thompson (1998) chama de “indústrias da mídia”. Uma delas foi a ampliação da comercialização de produtos midiáticos, posto que estavam se desenvolvendo inovações técnicas que permitiam o aumento da capacidade reprodutiva da indústria gráfica, ampliando o número de materiais gráficos e a expansão do público leitor – também em interface com processos de urbanização e do aumento das taxas de alfabetização da população. Posteriormente, o uso da energia elétrica e de sistemas de comunicação de telégrafo e das transmissões radiofônicas – depois com sinais para televisão –, via ondas eletromagnéticas, ampliou ainda mais os públicos e as formas de alcance das comunicações.

Um importante traço dessa tendência é a globalização da comunicação, que já apresentava sinais anteriores, mas que, no

transcurso do século XIX, adquire um novo tom no fluxo internacional, com caráter mais extensivo e organizado.

O desenvolvimento das novas agências internacionais sediadas nas principais cidades comerciais da Europa, junto com a expansão das redes de comunicação ligando as regiões periféricas dos impérios com os centros europeus, estabeleceram o começo de um sistema global de processamento de comunicação e informação que se ramificou e se complexificou cada vez mais. (THOMPSON, 1998, p. 75)

Para além dos desenvolvimentos tecnológicos que possibilitaram essas transformações (telégrafo, radiodifusão, satélites – a partir dos anos 1960 –, internet e microeletrônica – a partir da década de 1970), faz-se importante trazer o papel que cumpriram e cumprem as agências internacionais de notícias no ordenamento de redes e fluxos de comunicação ao redor do mundo.

Se em um primeiro momento, final do século XIX, a difusão de informações se concentrava nos próprios territórios de atuação das agências, especialmente na Europa e nos Estados Unidos; no século XX, as principais empresas do ramo, após competirem entre si, “concordam em dividir o mundo em esferas de operação mutuamente exclusivas, criando assim um ordenamento multilateral de redes de comunicação que eram efetivamente globais em alcance” (THOMPSON, 1998, p. 139). Com esse ordenamento, as maiores agências alcançavam os meios de comunicação de diversos países, primeiro os jornais e a imprensa escrita, depois o rádio e a televisão, chegando às audiências locais destes meios, ou seja “uma parcela significativa e crescente da população” (Ibid., p. 139).

Ao passo que as agências de notícias transnacionais – como a britânica Thomson Reuters, a francesa Agence France-Presse (AFP), a norte-americana Associated Press (AP), entre outras – se tornam referências na circulação mundial de informação, consequentemente, promovem um desequilíbrio no fluxo internacional de comunicação. Este desnível tornou-se uma questão central no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a partir dos anos de 1970. Dentro deste órgão, foi criada a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean MacBride e composta por intelectuais e especialistas de todo o mundo. Em 1980, como resultado desses estudos e discussões, foi lançado o que ficou conhecido como Relatório MacBride: Um mundo e muitas vozes (a edição brasileira data de 1983).

No documento, a comunicação é entendida como tendo um papel central na organização e na consolidação dos modos de vida, e é tida como um espaço fundamental de constituição da sociedade moderna e das relações entre indivíduos, grupos sociais e nações. Sendo esse um canal de diálogo e de construção de discursos e valores, a comunicação também se apresenta como um local de disputas políticas, econômicas e culturais. Logo, as desigualdades ocasionadas nesta área – em função da falta de construção democrática e de liberdade de expressão e participação – são tratadas como uma problemática interna dos países e, também, entre as nações.

Assim, o Relatório MacBride propôs o que foi denominado como Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), para que houvesse

maior participação dos países em desenvolvimento (como os latino-americanos e africanos) no fluxo internacional da comunicação.

O contexto em que evolui a comunicação vem definido pelas lutas políticas e sociais que configuram o consenso social predominante em cada sociedade. A organização da comunicação numa sociedade democrática deriva essencialmente de uma decisão política, que traduz os valores do sistema social existente. Assim, a solução para o problema político da comunicação deve ser procurada no sentido de um equilíbrio entre a parte legítima que corresponde ao poder, na utilização dos meios de comunicação social, e a possibilidade de acesso a eles que se ofereça às diversas tendências e forças vivas da comunidade. (UNESCO, 1983, p. 33).

Citado por Thompson (1998), o relatório da UNESCO é visto como um documento que procurava traçar linhas para “um equilíbrio equitativo no fluxo informacional e no conteúdo das informações, bem como no fortalecimento das infraestruturas tecnológicas e nas capacidades produtivas das nações menos desenvolvidas na esfera da comunicação” (p. 141). Contudo, o próprio autor chama a atenção para o rechaço com que o relatório foi recebido por parte de empresas e governos ocidentais, com destaque para os Estados Unidos e o Reino Unido, que se retiraram da UNESCO em 1984 e 1985, respectivamente.

De toda forma, o Relatório MacBride jogou luz ao tema das desigualdades relativas à globalização nas comunicações e contribuiu para “estimular o desenvolvimento de várias formas de cooperação entre os

assim chamados países do Terceiro Mundo, incluindo a expansão de novas agências regionais não alinhadas na África e em outros lugares” (THOMPSON, 1998, p. 141).

Rádios Populares em rede

No percurso dos anos 1970, um contexto no qual profundas mudanças tecnológicas, de práticas midiáticas e discussões políticas em comunicação e cultura ocorriam pelo mundo, surge a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER). Com base em um movimento de alfabetização, formação identitária, cultural e organização comunitária por meio do rádio, foi criada essa articulação de emissoras educativas e populares. Desde 1972, ano de sua fundação, esta instituição promove, por meio da articulação e coordenação em rede, o encontro, a formação e a construção de conteúdos para e entre rádios populares latino-americanas.

Como antecedente à sua origem, havia um cenário de exclusão em que viviam milhares de camponeses e indígenas sem acesso à educação formal nos rincões da América Latina, e que fez com que emergisse um movimento de escolas radiofônicas por toda a região, em meados dos anos 1960. Em um primeiro momento, estes espaços surgiram por meio da atuação de setores da Igreja Católica, diante do alto índice de analfabetos nos países latino-americanos, que foram desenvolvendo emissoras de rádio em distintos países, como a pioneira, a colombiana Rádio Sutatenza, que atua desde o início dos anos 1960 (REVISTA CHASQUI, 1984).

Na perspectiva da construção de mídias populares, o rádio se inscreve como um meio distinto, capaz de dar conta de envolver no processo comunicacional sujeitos que se encontram em situações mais vulneráveis, devido a algumas de suas características, como o baixo custo de sua produção, em relação a outros suportes, e a acessibilidade aos receptores provocada pela sua linguagem oral (ORTRIWANO, 1985) – em países com deficiência de acesso à educação formal e à alfabetização, como é o caso dos latino-americanos, esse traço torna-se ainda mais fundamental. Ao abordar o rádio, também é importante pensá-lo enquanto uma “experiência cultural”² (HAYE apud ORTRIWANO, 1998), na qual se pode tanto transmitir conteúdos que possibilitam transformar atitudes (ou impor atitudes, quando possui fins de manipulação), como também pode abrir um espaço de diálogo de experiências em uma prática significativa.

Dentro de uma periodização da história da ALER, que pode ser dividida em cinco gerações, como apresentado em documentos internos de narrativa histórica da mesma (2012), a primeira geração da Associação vai de 1972, ano de sua fundação, na cidade de Sutatenza, na Colômbia, até 1982. No início, formavam parte da rede cerca de 10 emissoras de origem católica, que conduziam projetos de educação por meio do rádio em zonas rurais, afastadas dos centros urbanos de desenvolvimento. Aquele momento era de um contexto político de ditaduras na América Latina, de forte repressão, em que se entendia o rádio

2 HAYE, Ricardo M. **Hacia una nueva radio**. Buenos Aires, Paidós, 1995, p. 28-29 apud ORTRIWANO (1998).

apenas como “um meio para divulgar aulas e estender o trabalho da escola”³ (ALER, 2012, tradução minha).

A segunda geração é caracterizada como a do Rádio Popular, de 1982 a 1992. Alcançando mais de 40 associadas de “inspiração cristã e inseridas no mundo dos pobres”, como definem, este foi um período em que se desenvolveram movimentos revolucionários em países da América Central e quando caem as ditaduras do Cone Sul latino-americano; bem como um período de intensificação da urbanização em toda a região, arrastando consigo a pobreza em muitas cidades.

Este também é um período que o papel de rádio para alfabetização vai cedendo espaço para uma tendência de que “com práticas de educação (informal) se promova a conscientização, a mobilização popular e as OBAs (Organizações de Base). Entra a Rádio Popular em ação, participando dos processos de mudanças, às vezes como protagonistas”⁴ (ALER, 2012, tradução minha). Em outras palavras, ao longo dos anos de 1980, do caráter educativo e da educação através do rádio, a Associação muda de enfoque e passa a afirmar-se como uma articulação de rádios populares (BARALE, 1999, p. 40). Como um dos exemplos de produção desta época está o Informativo Tercer Mundo, que era um serviço de informação

alternativa de dimensão continental, distribuído por meio de fitas cassetes.

Na sequência, a terceira geração vai de 1992 a 2001, quando se fortalecem as democracias formais na região latino-americana, ainda que imersas em um modelo econômico neoliberal, momento também de emergência das ideias de aldeia global, de um fortalecimento da concentração dos meios de comunicação hegemônicos e maior difusão em distintos setores da população das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

*A partir das mudanças no mundo e os novos desafios para as rádios, nasce o “Novo Horizonte Teórico para a Rádio Popular na América Latina”. Enfatizamos a função massiva do rádio, as diversas lógicas, públicos diversos. Rádio popular ou rádio comunitário, cidadão, participativo? ALER e as oitenta associadas, de inspiração cristã e humana, reconstroem o seu projeto. Fortalecimento das redes nacionais de rádio e a rede de redes, ALRED: um modelo de trabalho para potencializar o rádio popular.*⁵ (ALER, 2012, tradução minha)

Assim, nos anos de 1990, a ALER passa a rever seus objetivos e missão, abrindo-se a uma diversidade maior de emissoras –

³ No original: “La radio es un medio para divulgar las clases y extender la labor como escuela”.

⁴ No original: “Con prácticas de educación (informal) se promueve la concientización, la movilización popular y las OBAs (Organizaciones de Base). Entra la Radio Popular en acción, participando en los procesos de cambios, a veces como protagonistas.”

⁵ No original: “Desde los cambios en el mundo y los nuevos desafíos para las radios nace el “Nuevo Horizonte Teórico para la Radio Popular en América Latina”. Enfatizamos la función masiva de la radio, las diversas lógicas, públicos diversos. ¿Radio Popular o radio comunitaria, ciudadana, participativa? ALER y las ochenta radios socias, de inspiración cristiana y humana, reconstruyen su proyecto. Fortalecimiento de las redes nacionales de radio y la red de redes, ALRED: un modelo de trabajo para potenciar la radio popular.”

aquelas que podem ser chamadas de rádios “cidadãs” ou “identitárias” –, indo além de somente articular os veículos de inspiração cristã e humanista, para incluir também as rádios comunitárias, feministas, indígenas, entre outras, marcantes desse período (PULLEIRO, 2012). E essa mudança insere-se também em um contexto mais amplo de reivindicar o direito e a democratização da comunicação.

Em cada uma das etapas históricas da vida da ALER, seu discurso radiofônico tem sido importante para promover e demandar a democratização das comunicações e, posteriormente, exigir os direitos à comunicação, à liberdade de expressão e o direito à informação dos setores sociais menos favorecidos, das comunidades que se localizam nos setores periféricos, as comunidades rurais, os povos e as culturas marginalizadas do desenvolvimento.⁶ (FLOREZ, 2009, p. 04, tradução minha)

Para alcançar seus objetivos, a ALER e suas dezenas de rádios associadas fazem uso de ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação, por meio das quais a Associação “tem um serviço radiofônico de interconexão intercontinental, cujos suportes principais são o satélite e a internet”⁷.

6 No original: “En cada una de las etapas históricas de la vida de ALER, su discurso radiofónico ha sido importante para promover y demandar la democratización de las comunicaciones, y posteriormente exigir los derechos a la comunicación, a la libertad de expresión, y el derecho a la información de los sectores sociales menos favorecidos, de las comunidades que se ubican en los sectores periféricos, las comunidades rurales, los pueblos y culturas marginadas del desarrollo.”

7 No original: “Así, desde 1997, ALER tiene un servicio radiofónico de interconexión intercontinental,

Tal uso de ferramentas tecnológicas está em consonância com a movimentação que fez com que “ao longo dos anos noventa, vários importantes movimentos sociais de todo o mundo puderam se organizar graças à ajuda da Internet”⁸ (CASTELLS, 2001, p. 160, tradução minha).

A necessidade de troca de experiências e formação, além da produção de produtos e materiais radiofônicos em comum no interior da rede, levou com que, em 1997, fosse lançada a América Latina em Red Satelital (ALRED), que depois ganhou o nome de Sistema Intercontinental de Comunicação Radiofônica (SICR). Com seu início baseado na lógica satelital, atualmente a ALER também faz uso de plataformas da internet para seu funcionamento em rede.

Com uma audiência de mais de 12 milhões de ouvintes, tal serviço radiofônico de interconexão intercontinental permite a realização de programas e projetos conjuntos por intermédio da internet ou via satélite, contando com correspondentes em todas as pontas do continente. A SICR é considerada pela Aler como uma área institucional estratégica que pretende tornar-se um espaço de encontro das rádios educativas, populares, comunitárias e participativas de todo o continente para o fortalecimento político-social da região. No momento, a SICR conta com oito estações terrestres que permite cobertura da América Central e América do Sul

cuyos soportes principales son el satélite y la Internet”. Disponível em: <https://www.aler.org/index.php/node/1>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

8 No original: “A lo largo de los noventa, varios importantes movimientos sociales de todo el mundo pudieron organizarse gracias a la ayuda de Internet”.

e parte da América do Norte, além de 187 receptores de satélites e outras 117 afiliadas. As que não dispõem de antena e receptor podem baixar parte da programação através de um servidor FTP da Aler e mediante sua página na web. (LUZ, 2011, p. 74)

Com os avanços da internet nos 1990, novos modelos de produção, emissão e recepção de áudio também surgem. Com essa migração para a rede mundial de computadores, outras características se somam ao universo radiofônico popular, não somente em termos técnicos e enquanto processos de organização da produção, de articulação e em termos formativos, mas mais além, de constituição de práticas desse fazer comunicacional.

De 2001 a 2011, tem lugar a quarta geração da Associação, em um contexto de maior aprofundamento da lógica neoliberal de mercado, “com seus efeitos nefastos para a humanidade, exclusões e empobrecimento”⁹, como define a ALER (2012, tradução minha). Neste momento, segundo a própria instituição, as 100 emisoras associadas e 1 mil vinculadas buscavam presença, incidência e identidade na América Latina, em meio a uma crise mundial que abria fendas no discurso hegemônico capitalista. Além disso, do ponto de vista teórico, a organização passou a estimular a elaboração de Projetos Políticos Comunicativas entre as associadas, incidindo nos contextos e políticas públicas locais. Também buscavam a participação

em outras redes, alianças e plataformas políticas amplas em diversos campos.

A partir desse cenário de intensa disputa social e política e de novas formulações, começa a ser gestado o projeto ALER 2020, que marca a quinta geração da Associação, a partir de 2011, e na qual se encontra a rede atualmente, que busca no conceito do Bem Viver (*Buen Vivir* ou *Vivir Bien*, em espanhol) o seu horizonte de construção. A iniciativa surge em meio a uma crise de identidade, de articulação e de participação em diversos níveis na ALER, como avaliam no documento que recorre historicamente esse processo (2012). Assim, a busca por debater com as associadas esse conceito que inspira novas relações e uma maneira de ser e participar no mundo gerou um novo cenário de pertencimento e participação no interior da Associação.

O ponto de partida para a construção da rede em torno da ideia do Bem Viver foi a avaliação de que o modelo de desenvolvimento capitalista se encontrava em uma profunda crise no início do século XXI, “por isso, essas são épocas de criatividade e busca de formas de vidas que não estejam centradas no consumo e na exploração indiscriminada dos recursos do planeta”¹⁰ (CABRAL, 2013, p. 126, tradução minha). Nesse sentido, baseando-se na comunicação e na educação para a vida, foi feita a pergunta: “Qual é o lugar e o compromisso que assumem as rádios como projetos político-comunicacionais

⁹ No original: “Se profundizan las políticas neoliberales y la lógica del mercado con sus efectos nefastos para la humanidad, exclusiones, empobrecimiento.”

¹⁰ No original: “por eso éstas son épocas de creatividad y búsquedas de formas de vida que no estén centradas en el consumo y la explotación indiscriminada de los recursos del planeta.”

nessa construção?”¹¹ (Ibid., p. 126, tradução minha).

Um longo processo metodológico e formativo, com a mobilização por meio de facilitadores e da Junta Diretiva, foi realizado em 12 países com 75 rádios. A finalização do projeto ALER 2020 foi a apresentação da síntese final na Assembleia de 40 anos da Associação, celebrada em Quito, Equador, junto com o Encontro Latino-Americano de Comunicação Popular e Bem Viver¹².

Como um acúmulo sistematizado desse processo, está o seguinte relato da docente da Universidade Nacional de Comahue e parte da equipe de formadores do Fórum Argentino de Rádios Comunitárias (FARCO) e da ALER, María Cristina Cabral:

A comunicação e a educação que contribuam à descolonização, à construção a partir de um paradigma vinculado ao Bem Viver, podem aportar na geração de outras relações – sociais, políticas, culturais, éticas – que outorguem um poder diferente aos povos latino-americanos. Para estar em correspondência com a visão contextual de mundo –biocêntrica–, certos compromissos emergem como

relevantes para a ALER e as organizações de educação e comunicação:

- rechaçar a universalidade da ideia de desenvolvimento;*
- eliminar a dicotomia superior-inferior na educação e na comunicação;*
- realizar a descolonização da educação e da comunicação na América Latina;*
- assumir o contexto como referência, a interação como chave e a ética como garantidora da sustentabilidade de nossos modos de vida;*
- privilegiar as perguntas locais sobre as respostas universais;*
- preferir as histórias locais sobre os desenhos globais como fonte de inspiração;*
- aprender inventando a partir do local (para não perecer imitando a partir do global).¹³ (2013, p. 127)*

A partir disso foram reformuladas a missão, a visão, os valores e os princípios da ALER, que passaram a ser base de sua orientação junto às associadas até o presente momento. Neste percurso levantado

¹¹ No original: “¿Cuál es el lugar y el compromiso que asumen las radios como proyectos político-comunicacionales en esa construcción?”

¹² A memória deste Encontro foi organizada e publicada pela ALER como “COMUNICACIÓN POPULAR Y BUEN VIVIR. Memorias del Encuentro Latinoamericano aler 40 años. Quito, septiembre 2012. Disponível em: <http://www.democraciaycooperacion.net/IMG/pdf/133830222-Memorias-del-Encuentro-Comunicacion-Popular-y-Buen-Vivir-En-el-mundo-desde-nuestro-mundo.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

¹³ No original: “ La comunicación y la educación que contribuya a la descolonización, a la construcción desde un paradigma vinculado al Buen Vivir, puede aportar a generar otras relaciones –sociales, políticas, culturales, éticas– que les otorguen un poder diferente a los pueblos latinoamericanos. Para estar en correspondencia con la visión contextual de mundo –biocéntrica–, ciertos compromisos emergen como relevantes para ALER y las organizaciones de educación y comunicación: – rechazar la universalidad de la idea de desarrollo; – eliminar la dicotomía superior-inferior en la educación y la comunicación; – realizar la descolonización de la educación y la comunicación en América Latina; – asumir el contexto como referencia, la interacción como clave y la ética como garante de la sostenibilidad de nuestros modos de vida; – privilegiar las preguntas locales sobre las respuestas universales; – preferir las historias locales sobre los diseños globales como fuente de inspiración; – aprender inventando desde lo local (para no perecer imitando desde lo global).”

neste artigo, pode-se apontar que a proposta de ser uma rede atravessa toda a história da Associação, somando-se aos princípios e às práticas que defendem em conjunto com as rádios populares em seu projeto político e como parte de conceitos compartilhados; e também se expressa em sua visão atual: “A ALER é uma Rede de comunicação educativa popular que promove a participação, a inclusão, a convivência harmônica com a natureza; acompanha os povos na conquista de direitos; trabalha pela democratização da comunicação e participa na construção de processos para o Bem Viver”¹⁴.

Considerações finais

O que este artigo trata é da intensificação da perspectiva de processos em redes a partir das transformações tecnológicas, entendendo que as mudanças sociais vão se desenvolvendo ao longo dos tempos até se posicionarem como um novo paradigma. É de disso que se trata a Sociedade em Rede. Em diálogo com essa perspectiva, a proposta de discussão neste texto também foi a de entender como esse debate é útil para se refletir em torno das experiências de comunicação em uma perspectiva de resistência popular, ou seja, de espaço dos e para setores e movimentos populares.

¹⁴ No original: “ALER es una Red de comunicación educativa popular que promueve la participación, la inclusión, la convivencia armónica con la naturaleza; acompaña a los pueblos en la conquista de derechos; trabaja por la democratización de la comunicación y participa en la construcción de procesos para el Buen Vivir”. Acesso em: <https://www.aler.org/node/1>. Disponível em: 09 de janeiro de 2019.

Desde o advento da imprensa e especialmente da mídia eletrônica, lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada. A luta por se fazer ouvir e ver (e impedir que outros o façam) não é um aspecto periférico das turbulências sociopolíticas do mundo moderno; pelo contrário, está no centro dele. O desenvolvimento dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres e o movimento dos direitos civis, fornecem amplo testemunho de que as reivindicações de grupos até então subordinados ou marginalizados só se conquistam através de lutas pela visibilidade na mídia. A evolução de tais movimentos também comprova o fato de que, ao conquistar algum grau de visibilidade na mídia, as reivindicações e preocupações de indivíduos particulares podem ter algum reconhecimento público, e por isso podem servir como um apelo de mobilização para indivíduos que não compartilham o mesmo contexto temporal-espacial. (THOMPSON, 1998, p. 215)

O exposto acima trazido por Thompson ajuda a refletir sobre a necessidade da auto-organização dos setores populares para se fazerem visíveis por meio da comunicação, a si mesmos e suas pautas, junto à sociedade. Nesse sentido, a articulação em rede enquanto estratégia de construção desses setores, bem como com o uso das ferramentas tecnológicas disponíveis para tal, produzem novos fluxos – sejam eles locais, regionais ou globais –, que equilibram o acesso e a difusão de informações na sociedade, bem como são traços de aprofundamento da democracia, com maior participação popular, em especial em uma região que carece disto, como o é a América Latina.

Nesse sentido, ao longo de sua trajetória, reafirma-se o projeto política da ALER e de suas emissoras afiliadas, que “seguem se alinhando explicitamente aos interesses dos setores populares”¹⁵ (ALER, 1996, p. 58, tradução minha). Esse caráter se explicitava sob a premissa de que “os meios de comunicação popular devem assumir um papel central na geração de uma nova cidadania, que assegure o aprofundamento da vida democrática na América Latina”¹⁶ (loc. cit., tradução minha).

No último período, a aposta em torno do Bem Viver para a construção da ALER traz à tona uma capacidade de reinvenção de si mesma e de resposta às crises, não somente no interior da própria organização, mas diante da sociedade. O método utilizado como sendo o do diálogo e da participação junto às rádios associadas, em um processo horizontal e com distintos nós característico das redes, se somam às ideias e práticas democráticas que defende a Associação. ■

¹⁵ No original: “siguen alineándose explícitamente junto a los intereses de los sectores populares”.

¹⁶ No original: “los medios de comunicación popular deben asumir un rol central en la generación de una nueva ciudadanía, que asegure la profundización de la vida democrática en América Latina”.

[VIVIAN DE OLIVEIRA NEVES FERNANDES]

Doutoranda no Programa de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Mestre em Ciências da Comunicação pela mesma instituição. Jornalista graduada na Universidade Federal de Viçosa. Editora do portal Brasil de Fato. E-mail: vivianfernandes86@gmail.com

Referências

ALER. **Un nuevo horizonte teórico para la radio popular**. Quito: ALER, 1996.

ALER. **Narración Histórica ALER 2020**. Documento interno produzido em Setembro de 2012. Arquivo.

BARALE, Ana María Peppino. **Radio Educativa, popular y comunitaria en América Latina**. México, DF: Plaza y Valdés Editores, 1999.

CABRAL, María Cristina. **Aportes de la comunicación popular al Buen Vivir**. Revista Tram[p]as de la comunicación y la cultura. Nº 75 / diciembre de 2013. PoP: 126-130. Argentina: Facultad de Periodismo y Comunicación Social / UNLP, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo/SP: Editora Paz e Terra, 2000.

_____. **La Galaxia Internet**. Barcelona: Areté, 2001.

FLOREZ, Ivonne Janeth Pico. **La Construcción Simbólica de los Derechos de la Comunicación en la Propuesta Informativa de la Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica, ALER**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais com menção em Comunicação) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Equador, 2009. Disponível em: <repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/2438/4/TFLACSO-2009IJPf.pdf>. Acesso em: 19 junho 2018.

LUZ, Aline Pinto. **Rádios comunitárias na internet: usos e apropriações do e no Radiotube**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_LuzAP_1.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2018.

ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio** – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **Interatividade entre Rosas e Espinhos**. In: Revista Novos Olhares, São Paulo: ECA/USP, Ano 1, nº 2, 2º Semestre de 1998. p. 13-30.

PULLEIRO, Adrián. **La radio alternativa en América Latina: experiencias y debates desde los orígenes hasta el siglo XXI**. Buenos Aires: Editorial Cooperativa El Río Suena, 2012.

REVISTA CHASQUI. **La radio educativa**. Quito, Equador: Ciespal. N° 10, Abr-Jun 1984. Disponível em: <http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/issue/viewIssue/10_1984/104>. Acesso em: 08 de janeiro de 2019.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes** - Comunicação e Informação na nossa época (Relatório MacBride). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.